



MIRANDA, Eduardo Iori*

<https://orcid.org/0000-0003-0304-3244>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo primordial discutir, ainda que de maneira incipiente, o posicionamento do Brasil em relação à ideologia nazifascista em meados da década de 1930, ou seja, durante o primeiro governo Vargas. Porém, o fato histórico que permeará o debate é a expedição científica promovida pela Alemanha nazista à Amazônia, particularmente a subida ao rio Jarí, na fronteira entre o Amapá e o Pará de 1935 a 1937. Utilizando-se de variadas fontes, a ideia é trazer à luz a possibilidade de estudo sobre a história recente da Amazônia, mais especificamente no período entreguerras, quando diferentes ideologias de cunho fascista buscavam áreas de influência em todo o mundo ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Vargas; Amazônia; Nazifascismo.

ABSTRACT: This work has as the main objective, albeit being incipient, Brazil's position towards the Nazi fascist ideology amidst the decade of 1930, therefore, during Vargas's first government. However, the historical fact that will permeate this debate is the scientific expedition promoted by Nazi Germany to the Amazon, particularly the one involving River Jarí, located on the frontier between Amapá and Pará from 1935 to 1937. Utilizing many sources, the idea is to illuminate a possible study about Amazon's recent history, more specifically the interwar period, when different ideologies of fascist origin searched for areas of influence across the western world.

KEYWORDS: Vargas government; Amazon; Nazi-fascism.

*Mestre em Ensino de História, Especialista em Educação Cultural e Organização Social e Graduado em História (Bach./Lic.) pela Universidade Federal do Pará. Atuou como professor e coordenador de Ciências Humanas e suas Tecnologias na educação básica na rede privada de Belém. Atualmente, é Assessor Especial na Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará atuando na Coordenação de Projetos Especiais. E-mail: iori_edu@outlook.com

INTRODUÇÃO

Precisamos de dois movimentos no exterior: um leal e um revolucionário [...]. Não faremos como Guilherme, o conquistador, desembarcar tropas e conquistar o Brasil com armas na mão. As armas que temos não se veem. Adolf Hitler, 1933, citado por Rausching.

Os estudos realizados sobre o alinhamento do Brasil aos Aliados a partir de 1942, isto é, em pleno Estado Novo, e a conseqüente mudança de governabilidade de Vargas em relação à comunidade estrangeira no país, especialmente de alemães e japoneses, são relevantes na historiografia brasileira destacando-se sobre o assunto as obras de Eliana Dutra (1997), Priscila Perazzo (1999), Ana Maria Dietrich (2007) e Andrea Rahmeier (2022). Porém, os períodos anteriores do mandato varguista definidos como Governo Provisório (1930-1934) e Governo Constitucional (1934-1937) demarcavam certa liberdade aos estrangeiros em nosso território. Somente após a Constituição de 1937 é que a política nacionalista do período começara a ver naqueles uma ameaça ao seu projeto, à exceção dos comunistas, considerados um empecilho ao desenvolvimento nacional.

Foi dentro desse contexto de permissividade ao estrangeiro, dentre os quais destacamos os alemães, que ocorreu uma expedição nazista à Amazônia brasileira entre os anos de 1935 e 1937. Reiteramos que esta ideia de concessão à presença teutônica também fora defendida por Dietrich (2012) em sua tese de doutorado intitulada *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*, ao afirmar que o governo brasileiro teria "fechado os olhos" para a expansão do nazismo no país, associado à simpatia de Vargas ao "estilo" do governo *nazi*. Com apoio das Forças Armadas e do próprio governo paraense na figura de José Malcher, a referida expedição também foi apoiada por grandes instituições de pesquisas como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Emílio Goeldi, incentivadas pelo interesse em ampliar suas descobertas sobre e na Amazônia.

Liderados por Otto Schulz-Kampfhenkel, os pesquisadores alemães, conforme demonstrado por Dietrich (2012), chegaram à cidade de Belém de onde partiram em direção ao Jarí, na divisa com o estado do Amapá, com o objetivo de explorar cientificamente a região. No entanto, para o sucesso da empreitada, foi necessário o apoio dos povos originários para desbravar florestas e rios, sendo os indígenas Aparaí os guias de que tanto necessitavam.

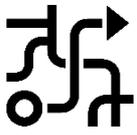


Os relatos do escritor paraense Cristóvão Lins (1997) – um dos poucos autores a relatar o assunto –, demonstram que o contato entre os expedicionários alemães e os Aparaí ocorreu de forma pacífica, ideia ratificada pelos estudos de Dietrich (2012). Porém, o tratamento que os pesquisadores dispensavam aos indígenas reproduzia um olhar colonizador sobre a cultura nativa, tanto que decidiram optar pelo escambo como forma de aproximação, tal como mostraremos ao longo deste trabalho. Esses indígenas sempre mantiveram relações estreitas de convivência com outros povos, o que pode explicar a receptividade dada aos europeus. Durante o período de convivência da equipe de Schulz-Kampfhenkel com os nativos amazônidas sabe-se, inclusive, da existência de uma criança fruto da relação consensual entre o líder da expedição e a filha do cacique dos Aparaí batizada de Cessé, conta Lins, porém, sem haver anotações sobre o assunto nos diários de expedição, indicando que a miscigenação poderia não ser bem vista na Alemanha da época.¹

Mas qual foi a razão principal para o governo teutônico investir em uma expedição científica na Amazônia? A presença alemã no Jarí parece ecoar os planos de expansão do Terceiro Reich à América do Sul, especialmente ao Brasil, sendo a Amazônia mais uma vez o palco de investidas estrangeiras. Isso pode ser discutido tanto pelo viés da estratégia geopolítica e militar quanto pelo do imaginário, revelando a importância da região no cenário internacional na primeira metade do século XX e ao mesmo tempo evidenciando determinadas posturas que aproximavam o Governo Vargas do nazifascismo antes de o país declarar apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Neste momento consideramos como necessária a abertura de um parêntese quanto à utilização do termo nazifascismo, entendido como uma abrangência do autoritarismo alemão e italiano em detrimento do vocábulo totalitarismo. Hannah Arendt em seu clássico *Origens do Totalitarismo* (2012) define o nazismo como uma política de terror permanente e onipresente, no qual a utilização das massas pelo governo garantiu a expansão internacional do regime até o ápice da solução final. Esta destruição da sociedade civil, ao contrário, não é um objetivo dos regimes autoritários,

¹ Cristóvão Lins é um escritor paraense, hoje radicado no Amapá, cuja formação é em Engenharia Agrônoma. Trabalhou durante 30 anos no Projeto Jarí, o que lhe deu amplo conhecimento sobre a região. Em seu livro *Jarí e a Amazônia* (1997), defende a ideia de que a Alemanha nazista tinha profundo interesse na região colocando a expedição de Schulz-Kampfhenkel como uma ação mais geopolítica que científica até mesmo pela proximidade com o território inimigo da Guiana Francesa.



nos quais as leis permanecem oficialmente em vigor, embora não cumpridas ou interpretadas de acordo com os interesses do próprio governo. Feita esta distinção conceitual utilizaremos o termo nazifascismo para compreender a proximidade do Governo Vargas com a ideologia autoritária, uma vez que não houve em sua gestão uma sistematização do “terror” que o aproximasse do conceito de totalitarismo supracitado.

O uso indiscriminado do termo “totalitarismo” foi criticado por Arendt na mesma obra quando chamou à atenção para o fato de que só houve regimes totalitários na Alemanha e na URSS, enquanto na Itália – de quem Vargas mais se aproximava – e demais países da Europa ditatorial contemporâneos, prevaleceram ditaduras unipartidárias ou autoritárias (ARENDR, 2012, p. 437).

Este trabalho, dado seu caráter introdutório, não pretende dar respostas definitivas ao tema, mas levantar indagações, possibilidades e contribuições sobre um fato pouco estudado, mas de fundamental importância para o tempo presente e recorrente em reportagens da internet, em sua maioria cheias de especulações. Para isso, traz o cruzamento de algumas fontes como jornais e documentos do Museu Paraense Emílio Goeldi cruzados com a bibliografia existente no intuito de pelo menos vislumbrar caminhos em busca de conclusões mais precisas. Sua estrutura está dividida em duas partes principais. Na primeira, busca-se problematizar de que forma o Brasil estava politicamente alinhado com as ideias nazifascistas incipientes na Europa. Na segunda, há um panorama geral das ações expedicionárias na Amazônia visando confirmar a postura do governo varguista.

Considerando a memória e o interesse das pessoas pelo tema, associados a atual conjuntura de desrespeito e intolerância que assola o tempo presente, generalizado em todas as partes do mundo, inclusive no Brasil, postura esta muitas vezes reverberada em discursos de ódio pautados na própria ideologia de supremacia nazista, este artigo torna-se um exercício, tal como disse Philippe Ariès (1989), que ajuda a compreender por que o presente é o que é.

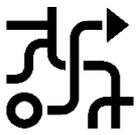
UMA AMAZÔNIA VARGUISTA: ELEMENTO FACILITADOR À EXPEDIÇÃO ALEMÃ.

O clima de tensão e efervescência que tomou conta do país na década de 1930 culminou em duas propostas em torno da Aliança Liberal, responsável pela candidatura do ícone que prometera acabar com os vícios da velha oligarquia brasileira: Getúlio Vargas. Pandolfi (2019) destaca o fato de que os encaminhamentos desejados para a nova república divergiam entre aqueles que “desejavam a instalação imediata da democracia” e os que “afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais” (In: DELGADO, 2019, p. 13). O primeiro grupo era composto pela “oligarquia dissidente”, desejosa de novas eleições, enquanto no segundo figuravam os tenentes, temerosos que uma transição imediata recaísse nos mesmos vícios da ultrapassada política do café com leite.

Surgiram como propostas, deste modo, dois modelos de Estado divergentes para um Brasil que se pretendia sem corrupção. Produtores de grandes riquezas, os oligarcas dissidentes, concentrados no eixo centro-sul do país, eram liberais e, para tentar diminuir o poder do governo federal, propunham mais autonomia local a partir de um modelo federativo. Já um Estado forte sem bandeira partidária, nacionalista e reformista era a pretensão dos tenentes que, dentre outras medidas, defendiam a exploração estatal do petróleo e a nacionalização da exploração dos recursos naturais. Assim, o Governo Provisório de Vargas (1930-1934) atendeu de forma mais contundente os ideais do segundo grupo (Pandolfi. In: DELGADO: 2019, p. 14).

Considerando que durante toda a República Velha (1889-1930) os estados do Norte e Nordeste despontavam como os menos favorecidos pela política oligárquica, servindo quase que exclusivamente como curral eleitoral, não é difícil concluir que melhor se identificaram com os ideais dos tenentes. Mesmo percebendo que, tal como observaram Lilia M. Schwarcz e Heloísa M. Starlin em *Brasil: uma biografia* (2018), Getúlio Vargas tenha trocado a farda por um terno, as elites daquelas regiões viam na centralização do poder a possibilidade de ser incluídas na gestão do governo federal a partir de uma centralização que prometia cuidar de todo o território e de toda a nação.

Com o alinhamento de Vargas ao que propunham os tenentes, a região amazônica relegada historicamente ao inospitismo e jamais tendo recuperado a riqueza dos tempos áureos da borracha, figurou como importante reduto de oposição às oligarquias cafeeiras. Esse fato é pouco conhecido até os dias de hoje. Os tenentes, liderados por Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, sempre atuaram na

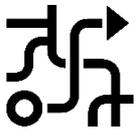


região. Em 1924, por exemplo, quando comandava a 3ª companhia do 27º BC, em Manaus, houve uma sublevação tenentista que tomou o controle da região por um mês. Mas o governo federal na época conseguiu conter os revoltosos quando tentavam tomar o poder no oeste do Pará, e Magalhães Barata fora preso e deportado para Belém, de onde fugiu para o Uruguai. Somente em 1930, com identidade falsa, voltou para a capital paraense, mas novamente fora preso por liderar a revolução no estado. Porém, com a vitória de Vargas, Barata foi nomeado interventor federal no Pará assumindo o poder em 12 de novembro daquele ano.

A importância e fidelidade de Magalhães Barata ao governo varguista teve novo episódio quando, em Belém, os revoltosos inspirados pelo Movimento Constitucionalista paulista de 1932, tomaram de assalto o prédio da Polícia Civil seguido de ataques ao quartel-general do Exército, do Corpo de Bombeiros e da Cadeia Pública São José. Com apoio de militares, o interventor conseguiu reprimir o movimento.² Mas o jogo político local dos anos seguintes resultou na vitória de seus opositores, e Getúlio Vargas nomeara novo interventor, o major Roberto Carneiro de Mendonça, até que em 1935, com a reabertura da Assembleia Constituinte do Pará, fora eleito para o governo José Carneiro da Gama Malcher, membro do Partido Liberal local fundado pelo próprio Magalhães Barata nos idos de 1931. José Malcher figurava como mais um defensor da política de Vargas garantindo os interesses do governo federal na Amazônia.

Durante esse período anterior ao Estado Novo já existia no Brasil uma forte mentalidade racista, nacionalista e anticomunista que passou a figurar como característica da Era Vargas. Maria Luiza Tucci Carneiro (2001), ao estudar o antissemitismo no Brasil, afirma que esta situação não era nova, pois vinha sendo alimentada por ideologias anteriores e ganhava cada vez mais força no cenário brasileiro. Tal afinidade com uma visão fascista do mundo também se evidenciava no aspecto econômico, sendo a Alemanha de Hitler o segundo principal parceiro comercial do Brasil, ao lado dos Estados Unidos.

² Para maior aprofundamento das ações de Barata enquanto interventor ver: FONTES, E. J. O. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935). Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 7, pp. 131-151, dezembro/2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acessado em 23/03/2023.



Considerados como símbolos de civilização, exemplos de superioridade racial e afeitos ao trabalho, a significativa comunidade alemã radicada em solo brasileiro era bem quista pelo governo federal e vista como exemplo a ser seguido, tanto que não houve oposição às agremiações do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, o Partido Socialista dos Trabalhadores Alemães ou simplesmente Partido Nazista, conhecido pela sigla NSDAP. Tais agremiações se espalharam por todo o território nacional desde o início da década de 1930, inclusive na Amazônia. Dietrich (2012) indica que, em Belém, o Partido Nazista contava com um ponto de apoio desde 1933 apresentando correspondências que demonstram a inspeção oficial feita no Brasil. Apesar de contar com não mais que 70 membros, o Partido Nazista paraense, dada suas atividades na região Norte, foi rapidamente elevado de ponto de apoio a círculo local, o que demonstra o interesse do governo hitlerista na região amazônica.

Contrapondo, porém, a ideia apontada pela autora supracitada de que a relação da comunidade teutônica com as autoridades e a imprensa amazônicas não eram tão boas, ressaltamos a ênfase que os jornais belenenses *Folha do Norte* e *O Estado do Pará* davam aos acontecimentos relacionados aos governos nazifascistas europeus da época. Neste segundo periódico, por exemplo, dentre tantas notícias positivas alusivas às atuações de Hitler e Mussolini, destacamos a seguinte:

Palavras captivantes de Mussolini para com o Brasil – ROMA, 20
– O sr. Mussolini recebeu do escritor brasileiro Rangel de Castro um volume ricamente encadernado da obra “Aspectos da civilização brasileira”. Mussolini conversou com o autor do livro, agradecendo a oferta, e exprimindo cordeaes palavras em relação ao Brasil, paiz que o Duce afirmou, segue grandioso desenvolvimento, o que lhe assegura um brilhante futuro (*O Estado do Pará*, 21/09/1935, fls. 1-2).

A amistosidade do governo italiano para com o Brasil é sintomática da boa relação existente entre os dois países. Essa mútua admiração estava para além dos aspectos meramente literários dispostos na notícia, pois fica claro o reconhecimento do Duce aos caminhos que o governo Vargas tomava para o desenvolvimento brasileiro. Por outro lado, três meses depois, a *Folha do Norte* mostrava o tratamento que o Reich alemão dava a membros do comunismo, deixando mais evidente a simpatia do jornal com o Integralismo e outras ideologias de extrema direita:

Os communistas na Alemanha são condenados á morte – BERLIM, 18 – Foi executado o communista Rodolph Claus,

condenado á morte a 26 de julho sob a acusação de ter preparado uma trama de alta traição. O acusado que já fora condenado duas vezes e depois, posto em liberdade, devido ás leis de amnistia, foi de novo preso depois da revolução nazista.

BERLIM, 18 – O sr. Hitler comutou em prisão perpetua a pena de morte pronunciada contra o antigo deputado comunista Albert Kayser, acusado da trama de alta traição ao Reich (Folha do Norte, 19/12/1935, fl. 3).

A aversão ao comunismo revelada na imprensa paraense mostra o quanto este movimento era importante também na região Norte do país. Sendo uma ameaça à política nacionalista varguista era preciso conter quaisquer manifestações alusivas à revolução soviética que, assim como na Europa, imprimia uma ameaça real tanto a governos liberais quanto a regimes de caráter autoritário. Os jornais, importantes meios de comunicação de massa até a primeira metade do século XX, eram palco de disputas ideológicas com o intuito de se opor à imagem de potenciais inimigos e, ao mesmo tempo, cooptar maior número de adeptos. O Estado do Pará e a Folha do Norte correspondiam, pelo menos até o momento da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, aos interesses do presidente Vargas, claramente empático à visão de mundo nazifascista.

Mas para ilustrarmos que a Amazônia não estava aquém do contexto geopolítico do período apenas importando notícias do continente europeu, citamos um curioso caso jurídico que ocorrera na cidade de Belém durante o governo José Malcher. Em março de 1936, um grupo de pessoas foi denunciado sob acusação de subversão por propagar ideias comunistas na capital paraense. O caso, disposto no Termo de Descostura e Recostura do Tribunal de Segurança Nacional, é composto de importantes testemunhos que comprovam as ações do Partido Comunista no Brasil setentrional materializado em palavras de ordem como “Viva Luiz Carlos Prestes! Viva a Revolução! Viva a Aliança Nacional Libertadora! Viva a Rússia!” pichadas em paredes num bairro da periferia belenense.³

Não estando isolada do mundo, como alguns ingenuamente ainda afirmam, a Amazônia varguista era mais um espaço de disputa pelo poder sendo palco de manifestações ideológicas internacionais inseridas no cotidiano de seus habitantes. E, visando assegurar o domínio do governo federal em todo território a partir da assertiva de que também era possível desenvolver e civilizar a floresta sem deixar de

³ Termo de Descostura e Recostura. Fundo/Coleção do Tribunal de Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.



reconhecer suas riquezas naturais, Vargas e José Malcher abriram caminho para uma expedição científica alemã na região, ato encorajado pelo Terceiro Reich.

DA RAMPA DO PANAIR À CACHOEIRA DE SANTO ANTÔNIO: TÊM ALEMÃES NA SELVA AMAZÔNICA!

A realização de expedições científicas na Amazônia sob a tutela de países europeus não era nenhuma novidade, pois a prática, que remonta aos tempos da Colônia, tornou-se mais comum a partir do século XIX tendo sido consagrada nas investidas de Spix e Martius chegando até o Governo Vargas. Os resultados dessas viagens, justificadas por princípios da botânica e da zoologia, poderiam ajudar o governo brasileiro a melhor conhecer a região sem ter que liberar seus próprios recursos para tal. Desbravar o território era fundamental para a política nacionalista de proteção e exploração das riquezas naturais, daí a facilidade na concessão de autorização às expedições com o aval do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Sabendo que o Estado brasileiro também tinha profundos interesses nas viagens exploratórias não é de se estranhar que não apenas a Alemanha, mas também países liberais como a Inglaterra, realizassem pesquisas de campo na Amazônia sob a tutela de Vargas, tal como demonstrado nos periódicos da época. A Folha do Norte, por exemplo, em sua edição de 9 de outubro de 1935, noticiou uma expedição de naturalistas ingleses ao norte do país. Dois meses antes, porém, é possível encontrar no jornal Estado do Pará, precisamente no dia 3 de agosto, uma matéria em que o governo federal designou o herpetólogo paraense Afrânio Amaral para representar o Brasil no Congresso Internacional de Zoologia, em Lisboa. Esse fato corrobora para a atenção que o governo Vargas dava ao desenvolvimento das ciências naturais, especialmente à região amazônica por se tratar de um território em evidência no jogo político internacional.

Foi neste contexto que, em 1935, realizou-se a expedição científica alemã ao Jarí. Objeto de ainda escassos estudos historiográficos, o fato abre espaço para uma discussão sobre suas reais intenções: ou se tratava de uma atividade puramente científica no campo da zoobotânica ou, por trás disso, havia um interesse em conquistar o território até a altura da Guiana Francesa em nome do *Reichstag*. Se a primeira hipótese se restringe ao caráter naturalista da expedição, a segunda

fundamenta-se no aspecto geopolítico por revelar o possível interesse da Alemanha em obter controle sobre a região setentrional da América do Sul enquanto expansão do governo Hitler diante da presença francesa.

Ana Maria Dietrich aponta que o responsável pela empreitada, Otto Schulz-Kampfhenkel, um jovem zoólogo de apenas 24 anos de vida, teria tido dificuldades em obter autorização do governo brasileiro, pois as autoridades pensaram se tratar de uma missão secreta do governo alemão (DIETRICH, 2012, p. 196), porém, em entrevista concedida à imprensa carioca no dia 18 de agosto daquele ano reproduzida alguns dias depois no jornal Estado do Pará, o próprio Kampfhenkel disse:

A época estival que vae de julho até janeiro no Amazonas é a unica que se possam realizar estudos zoologicos. Por essa razão e afim de não perder tempo precioso segui viagem até Belem com os meus companheiros Gord Mahle, piloto como eu, e Kreuse, mechanico, e ambos especializados em trabalhos auxiliares de zoologistas. Uma vez no Brasil, tomei passagem afim de apresentar-me ao Governo Federal do qual depende a licença para a viagem, e de pedir seu auxílio valioso e sua cooperação nesse importante trabalho scientifico teuto-brasileiro.

A recepção que tive por parte do senhor governador do Pará e das autoridades estaduaes e federaes enche-me de esperanças de que, dentro de poucos dias, poderei retornar com a devida licença para Belem e dar assim inicio aos trabalhos scientificos (Estado do Pará, 24/08/1935).

Segundo o jornal, a licença para a expedição foi publicada no dia 23 de agosto, apenas cinco dias após a entrevista acima revelando a agilidade do governo brasileiro em conceder a devida autorização para a expedição alemã ao Jarí. Vale ressaltar, ainda, que os zoólogos defendiam que o caráter da viagem era meramente científico, com o objetivo de observar a fauna amazônica em seu habitat, não revelando quaisquer intenções outras do governo alemão, mas sabe-se, contudo, que Kampfhenkel era um filiado do Partido Nazista – agremiação que sempre demonstrara interesse em viagens exploratórias não apenas na Amazônia, mas em outras regiões do planeta. E, o mais importante neste estudo, é perceber o quão indicativas foram a receptividade e a publicidade dadas a um pedido do Reich ao governo Vargas.

Por outro lado, se considerarmos as proposições de Hannah Arendt (2012), os componentes utilizados para classificar um regime como totalitário são três, a saber: o unipartidarismo, a ideologia internacional e a promoção do extermínio racial em massa. Desta maneira, a conquista de novos territórios era fundamental para a

afirmação do totalitarismo, que se consagra, segundo a autora, somente na Segunda Guerra Mundial com a conquista do Leste Europeu, possibilitando a instalação de um sistema de morte enquanto política de Estado (ARENDDT, 2012, pp. 437-438). Logo, a anexação de territórios é condição *sine qua non* para o sucesso internacional do regime, podendo explicar a hipótese de interesse geopolítico que o Reich alemão nutria sobre a Amazônia ainda no período pré-guerra.

Feitas estas considerações, passemos agora a um panorama geral das ações expedicionárias da equipe de Kampfhenkel na selva amazônica.

Passado um mês da concessão do governo à empreitada científica alemã, a equipe de Schulz-Kamphenkel chegou a Belém tendo ganhado destaque nos noticiários locais. Chamava a atenção o uso de um hidroavião, considerado pelo próprio chefe da expedição como um veículo essencial para desbravar o território amazônico até a altura do rio Jarí. Na imagem 1, vemos uma fotografia tirada na rampa do Panair, na capital paraense, coincidindo com o início da expedição. Observa-se



que, para além do apoio de Vargas, o governador do Pará, José Malcher, e as Forças Armadas brasileiras, representadas pelo general Daltro Filho, comandante da 8ª região militar com sede naquela capital, também aprovaram a ação, cujo reconhecimento científico veio de duas das mais renomadas instituições do país, o já citado Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Imagem 1- Cientistas alemães e autoridades na rampa do Panair, em Belém (1935). Estado do Pará, 25/09/1935. Arquivo da Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna.

No dia 26 de setembro de 1935, o avião anfíbio biplano modelo *Heinkel* partiu de Belém em direção ao município de Breves, na ilha do Marajó, mas o chefe da

expedição saíra na noite anterior no vapor Parintins levando a enorme quantidade de 11 toneladas de suprimentos e munição conseguidos com apoio do próprio Partido Nazista. De Breves, a equipe alemã – completada por Joseph Greiner, um teuto-brasileiro que morava no Rio de Janeiro, capital do país naquele período, e que fora convidado para ser intérprete durante a expedição – sobrevoou a floresta até a Cachoeira de Santo Antônio na divisa com o Amapá e somente então passaram a navegar o rio Jarí.

Algumas fontes alemãs sobre a viagem são imprescindíveis para o aprofundamento do tema, destacando-se o diário do próprio Schulz-Kampfhenkel que registrou inúmeros fatos ocorridos na selva amazônica. Antes de ser publicado em 1940, o diário fora resumido em um filme documentário intitulado *Rätsel der Urwaldhölle* (Enigma do Inferno Verde), tornando-se uma das principais fontes de pesquisas sobre a expedição. Uma segunda obra de destaque originalmente alemã é *Das Guayana-Projekt: ein deutsches Abenteuer am Amazonas*, de Jens Glüsing (2008), na qual o caráter jornalístico reúne documentos e informações importantes sobre a expedição a partir de um olhar mais atual e crítico. Seu autor indica, inclusive, a ligação de Kampfhenkel com o partido nazista: “Os documentos escritos por Schulz-Kampfhenkel durante o tempo que integrava a SS, mostram que compartilhava com as ideias racistas dos nazistas” (GLÜSING, 2008, p. 194. Tradução do autor).⁴

A literatura sobre a expedição nazista ao Jarí também é composta por diversos textos informativos em reportagens facilmente encontradas na internet, porém, sem um rigor histórico profundo. Portanto, consideramos relevante o trabalho de Ana Maria Dietrich (2012) que pesquisou em diversas fontes alemãs do período, perpassando pelos escritos do próprio Schulz-Kampfhenkel sobre como se deu a expedição.

Belém, ponto de partida da empreitada alemã na selva amazônica, é a primeira localidade a ser descrita pelo jovem cientista como “uma ilha de gente no meio da selva” (in DIETRICH, 2012, p. 196). Na capital paraense, foi finalizada a formação do grupo que partiria rumo ao Jarí, totalizando 21 pessoas, dentre as quais citamos, além dos alemães, os caboclos da região.

⁴ “Aus Dokumenten, die er während seiner Zeit als SS-Untersturmführer verfasste, geht hervor, dass Schulz-Kampfhenkel das rassistische Gedankengut der Nazis teilte” (GLÜSING, 2008, p. 194.).



Imagem 2 – Fotografia registra Joseph Greiner (agachado) com caboclos da região.

Fonte: SCHULZ-KAMPFHENKEL, Otto. *Rätsel der Urwaldhölle*. West-Berlin: Ullstein AG, 1954, p.32.
In: DIETRICH, 2012, p. 200.

Após a conclusão do voo na divisa com o Amapá era chegada a hora de subir o rio Jarí até a fronteira com a Guiana Francesa, pois este era o roteiro original da viagem. A narrativa dos expedicionários parece, de fato, fazer jus ao objetivo puramente científico da campanha, conforme fora justificada quando se pediu autorização ao governo brasileiro, mas ainda passível de discussão se considerarmos que Belém foi uma das primeiras cidades brasileiras a possuir uma célula do partido nazista que, embora pequena, fora bastante atuante a ponto de se tornar um “círculo local” do partido em 1933 superando em grau de importância células maiores, como a da Bahia.

Na expedição, a presença de animais selvagens, muitos desconhecidos do mundo europeu como piranhas e onças, é algo recorrente no diário de bordo, bem como as dificuldades de navegação. Espécies de plantas também foram registradas. Mas foi o contato com tribos indígenas que deu um caráter peculiar à expedição em seu sentido etnográfico. Além dos caboclos que integraram o grupo ainda na capital paraense, os índios Aparai foram utilizados como guias em mata fechada.

A discussão sobre a presença indígena na região foi registrada na própria literatura alemã demonstrando de que maneira os expedicionários estavam se preparando para viajar àquela parte da Amazônia:

A fim de se preparar para o contato com os índios isolados da floresta, o zoólogo antropológicamente inexperiente consultou etnólogos antes de deixar a Alemanha. Eles recomendam que proceda como os mestres coloniais portugueses fizeram ao fazer contato: oferecer aos índios mercadorias de troca, especialmente contas de vidro coloridas, facas e machados. Schulz-Kampfhenkel tem, portanto, caixas cheias de tralhas e bugigangas que deseja oferecer aos índios em troca de objetos do cotidiano, animais e artesanatos. (GLÜSING, 2008, p. 78. Tradução do autor).⁵

Importante salientar a permanência da visão colonialista europeia que ainda considerava a prática do escambo como eficaz no contato com os indígenas em pleno século XX demonstrando, também, a falta de conhecimento que tinham sobre as populações nativas do Brasil. Reafirmava-se, assim, o romantismo civilizatório que os europeus sempre acreditaram ser o ideal aos nativos das Américas.

O contato com os nativos era, segundo Kampfhenkel, um dos objetivos de sua missão na selva para provar a existência desses grupos estabelecendo com eles relações cordiais. Dietrich (2012) conta que o contato entre teutos e indígenas se deu no vigésimo dia de viagem e que o líder da expedição assim descreveu os nativos:

Um único, de aparência selvagem, homem vermelho (...) A abundância de longos cabelos negros voavam sob seus ombros. Estava totalmente nu. (...) Não [era] grande, mas com boa proporção, ombros largos, ancas estreitas, postura orgulhosa como de uma estátua de bronze modelada por um artista. (In DIETRICH, 2012, p.198).

A relação amistosa entre os alemães e os indígenas é digna de nota. Estes grupos étnico-culturais tão distintos aproximaram-se numa conjuntura política que, à primeira vista, pareceria impossível se analisada sob a ótica teutônica do período. Mas foi graças a esse contato que a expedição alemã ao Jarí rendeu muitos frutos, possibilitando aos cientistas a continuidade da viagem com maior segurança. O conhecimento dos nativos sobre a floresta contribuiu para aumentar o acervo dos expedicionários. Mas para além de tudo isso, ambos os lados estavam vulneráveis a doenças desconhecidas, o que acabou resultando na morte de um dos membros da

⁵ Lê-se no original: "Um sich auf den Kontakt mit den isolierten Waldindianern vorzubereiten, hat sich der antropologisch unberdachte Zoologe vor seiner Abreise in Deutschland mit Vörkerkundlern beraten. Sie empfehlen ihm, bei der Kontaktaufnahme vorzugehen wie einst die portugiesischen Kolonialherren: Tauschwaren solle er den Indianern anbieten, vor allem bunte Glasperlen, Messer und Äxte. Schulz-Kampfhenkel hat deshalb Kisten voller Ramsch und Tand dabei, den er den Indianern im Tausch gegen Gebrauchsgegenstände, Tiere und Kunnsthandwerk anbieten will." (GLÜSING, 2008, p. 78).

equipe alemã. Joseph Greiner, teuto-brasileiro que era o intérprete da missão, morreu na mata tropical de febre não especificada. Na imagem 3, vemos a cruz na qual está entalhada uma suástica nazista e onde se lê: “Joseph Greiner: morreu aqui em 2 de janeiro de 1936 de febre mortal, em serviço do trabalho alemão de pesquisa, na excursão alemã ao rio Jari (1935-1936)”.

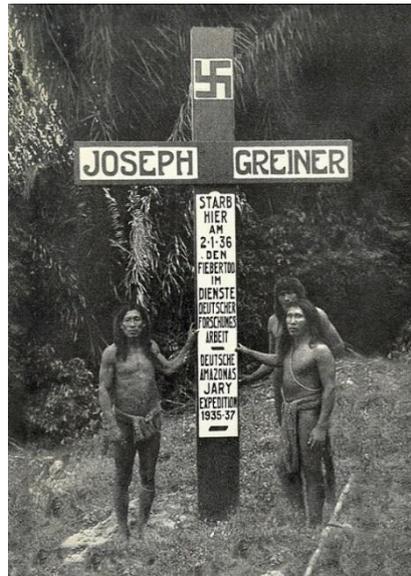
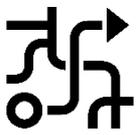


Imagem 3 – Local onde foi enterrado o expedicionário Joseph Greiner.

Fonte: SCHULZ-KAMPFHENKEL, Otto. *Rätsel der Urwaldhölle*. Berlin: Deutscher Verlag, 1938, s/p. In: DIETRICH, 2012, p. 201.

A morte de Joseph Greiner interrompeu a expedição aos 17 meses garantindo à Alemanha a posse de mais de 1.500 objetos arqueológicos, além de centenas de répteis, anfíbios e peles de mamíferos. O sepultamento do viajante ocorreu às margens do rio Jarí e no local, conforme demonstrado na figura 3, fora instalado um “monumento” que reúne um misto de paisagens: uma enorme cruz de madeira com uma suástica entalhada, cercada por indígenas e com a densa mata ao fundo. Religiosidade cristã, ideologia nazista e cultura amazônica nativa dividindo o mesmo espaço no Brasil de Vargas, abrindo caminhos para discussões mais profundas ora sobre os limites de uma pureza racial, ora sobre as estratégias ideológicas de dominação.

NA ESTEIRA DA (IN)CONCLUSÃO...



Definir a permissividade do Governo Vargas à presença científica alemã na Amazônia na década de 1930 como elemento definidor do caráter fascista do poder público de então pode soar como um radicalismo teórico. Ainda que seja inegável um certo grau de proximidade ideológica entre varguismo e nazifascismo, não se pode recusar, também, a existência de uma comunhão daquele com o próprio mundo capitalista liberal. Diante disto, clarifica-se que Vargas se utilizava de ideologias distintas para exercitar o que Eliana Dutra (1997) chamou de “profilaxia social”: uma investida contra qualquer tipo de estrangeirismo associado a pretensões comunistas no país.

Na contramão deste suposto radicalismo teórico, porém, a prática historiográfica não pode se permitir uma ingenuidade interpretativa. Óbvio está que, para além de interesses meramente científicos, a autorização dada pelo governo brasileiro para a expedição de Schulz-Kampfenkel à Amazônia continha interesses políticos e ideológicos latentes e necessários à presença do Governo Vargas numa região estratégica, inclusive militarmente dada a proximidade com o território francês na América do Sul. Interesse que se mantém no caminho inverso, haja vista que a Alemanha de Hitler também via na França um oponente em potencial. Portanto, não seria exagero dizer que a subida ao rio Jarí pelos teutônicos diga-nos tanto quanto sobre o Brasil como da própria Alemanha do período.

Se considerarmos as relações comerciais e diplomáticas entre os governos varguista e hitlerista no período de 1936 a 1937, o Brasil despontava como o principal parceiro da Alemanha em toda a América Latina. De acordo com Andrea Rahmeier (2022), tais relações foram fortalecidas com o financiamento de viagens pelo governo alemão “a personalidades brasileiras para conhecerem a nova Alemanha” que, por conseguinte, encaminhavam seus representantes ao Brasil para o estabelecimento de novas relações diante do “medo de que o Brasil cedesse aos desejos estadunidenses de deteriorar [suas] relações” (RAHMEIER, 2022, p. 77). Diante disso, consideramos pertinente a afirmação de que a expedição científica ao Jarí enveredou pelo mesmo viés diplomático a fim de atender o interesse mútuo entre ambos os países.

No momento peculiar do entreguerras, quando despontavam os regimes nazifascistas, o Brasil, em toda sua especificidade, buscava se inserir no contexto geopolítico mundial, tendo Vargas se comportado como um profundo estrategista

preocupado que estava em se prolongar no poder, contudo, pelo menos inicialmente, sem tomar partido de qualquer ideologia oficial. Esse posicionamento lhe permitiu tirar vantagens de diferentes aliados, sobretudo Estados Unidos e Alemanha, seus maiores parceiros comerciais antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Todavia, como aqui demonstrado, o alinhamento político com a ideologia nazifascista, pelo menos até 1938, ocorreu de forma mais contundente, talvez por estar mais próxima dos objetivos nacionais-estatistas evidenciados desde os primeiros anos da Era Vargas.

Neste jogo de interesses ideológicos, a ciência, aqui representada pelas expedições de naturalistas, despontava como um álibi para as boas relações internacionais entre os dois países ao tempo em que também permitia um maior conhecimento do território brasileiro quando da conclusão dos trabalhos. No caso específico, os alemães deixaram um legado sobre o povo Aparaí bem como de espécies da fauna e da flora amazônicas. Porém, muito do material coletado tinha como destino final o país proponente da expedição a fim de aumentar seu acervo etnográfico, zoobotânico e museológico, tal como demonstrado no seguinte documento:



Imagem 4 – Certificado de da Amazônia coletado pela Alemã.

Exportação de espécies
Expedição Científica

Fonte: BRASIL. Certificado de Exportação. Ministério da Agricultura, 1937. Acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Perpassando por temas diversos que abrangem da história política à história da ciência, findamos este trabalho ratificando sua pretensão de apenas ser um apontamento de possibilidades de estudo sobre dois temas controversos, porém entrelaçados: o alinhamento do governo Vargas com a ideologia nazifascista e a existência de uma expedição científica à Amazônia promovida pelo Terceiro Reich.

Diante de conclusões superficiais comumente encontradas na internet, sobretudo referentes à este segundo assunto, associadas à relevância do tema ao tempo presente, vislumbra-se um campo propício para o aprofundamento de novas pesquisas historiográficas. A utilização de distintas e variadas fontes, tais como jornais, fotografias, documentos oficiais e a própria revisão bibliográfica cria um mosaico capaz de trazer à luz novos olhares sobre as relações Brasil-Alemanha no período Vargas. A pesquisa histórica, neste sentido, torna-se um exercício de combate à presença fascista em nossa sociedade no tempo presente que, como o próprio Hitler alertou, são armas que não se veem.

REFERÊNCIAS:

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Antropos, 1992.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social da USP, 2007.

DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

GLÜSING, Jens. *Das Guayana-Projekt: ein deutsches Abenteuer am Amazonas*. Berlin: Ch. Links Verlag, 2008.

LINS, Cristóvão. *A Jarí e a Amazônia*. Editora Dataforma, 1997.

PANDOLFI, Dulce Chaves. "Os anos 1930: as incertezas do regime". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.



RAHMEIR, Andrea Helena Petry. *Diplomacia, jogos políticos, intrigas e guerra: a relação entre Alemanha e Brasil (1937-1942)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FONTES:

BRASIL. Certificado de Exportação. Ministério da Agricultura, 1937. Acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Estado do Pará, 24/08/1935; 21/09/1935; 25/09/1935. Belém: Arquivo da Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna.

Folha do Norte, 19/12/1935, fl. 3. Belém: Arquivo da Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna.

Termo de Descostura e Recostura. Fundo/Coleção do Tribunal de Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.

Recebido em 30/03/2023

Aprovado em 22/04/2024